

Atitude fere liberdade de imprensa

Uma medida insólita, duvidosa do ponto de vista da Legislação Eleitoral e que termina por ferir a liberdade de imprensa. Assim reagiram ontem vários jornalistas de Brasília sobre a decisão do juiz Carlos Augusto Machado Faria, coordenador da Fiscalização de Propaganda Eleitoral no Distrito Federal, de proibir entrevistas com os candidatos às eleições de novembro, no DF.

O comentarista político Carlos Chagas, de **O Estado de S. Paulo**, por exemplo, resumiu em poucas palavras o que pensa sobre a decisão do juiz eleitoral: "Se a Justiça Eleitoral de Brasília continuar nesse diapasão, dentro em pouco os candidatos terão de realizar campanhas secretas". Chagas entende que a liberdade de imprensa

sempre esteve sujeita a normas, mas que a decisão do juiz, nesse caso, "no mínimo deixa dúvidas".

Illegal

Para o jornalista João Domingos Araújo, coordenador em Brasília da sucursal da **Folha de S. Paulo**, a medida adotada pelo juiz Carlos Machado, além de ser "totalmente contra a liberdade de imprensa", ainda fere a própria Resolução nº 12.924 do TSE: "Analisei de todas as formas a Resolução do TSE e não encontrei nela nada que desse respaldo a essa decisão do juiz eleitoral".

"Acho uma decisão no mínimo insólita", reagiu a jornalista Eliane Cantanhede, chefe de redação da sucursal do **Jornal do Brasil**, em Brasília. Ela observou que a manchete principal

de ontem do **JB**, por exemplo, mencionou os nomes de Antônio Ermírio e Paulo Maluf, candidatos ao Governo de São Paulo, para mostrar, assim, que os eleitores têm direito a esse tipo de informação, quando elas se revestem de importância.

O mesmo, na opinião de Eliane Cantanhede, acontece em relação aos candidatos de Brasília, pois, afinal, eles serão eleitos a uma Constituinte. "E como os cidadãos podem escolher bem os seus candidatos, em novembro, se não tiverem o máximo de informações sobre eles?", indaga. Uma eleição livre, diz Eliane, pressupõe a divulgação de idéias e propostas, sobretudo através da imprensa. "Por isso, nem é preciso dizer que a decisão do juiz precisa ser melhor explicada".